

BEATRIZ ACCIOLY LINS,
BERNARDO FONSECA MACHADO
e MICHELE ESCOURA

DIFERENTES, NÃO DESIGUAIS

A questão de gênero na escola

1ª reimpressão

Querida Bracema,
Obrigada pelos momentos compartilhados.
Te admira muito!

Beijos.

Simone Santos
dez/2017

REVIRA
ULTOA

Copyright © 2016 by Beatriz Accioly Lins,
Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

Claudia Espínola de Carvalho

Preparação

Ana Maria Alvares

Revisão

Thaís Totino Richter

Márcia Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lins, Beatriz Accioly

Diferentes, não desiguais : a questão de gênero na escola
/ Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele
Escoura. — 1ª ed. — São Paulo : Editora Reviravolta, 2016.

Bibliografia

ISBN 978-85-66162-57-8

1. Comportamento 2. Diversidade sexual 3. Educação
4. Família - Aspectos sociais 5. Identidade de gênero 6. Violência
I. Machado, Bernardo Fonseca II. Escoura, Michele III. Lins,
Beatriz Accioly IV. Título.

16-01771

CDD-305.3

Índice para catálogo sistemático:

1. Gênero : Identidade : Sociologia 305.3

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA REVIRAVOLTA LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72

04532-002 — São Paulo — SP — Brasil

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

Introdução 9

1. Entre o azul e o cor-de-rosa: normas de gênero 15
2. Gênero e o movimento pelos direitos das mulheres 25
3. Mulheres e seus direitos 39
4. Violência de gênero e a experiência da escola 54
5. Vamos falar de sexualidade 68
6. O que a família tem a ver com isso? 81
7. Outras diferenças 89
8. Últimas considerações 101

Apêndice

- COMO AJUDAR? ALGUMAS SUGESTÕES 103
SUGESTÕES DE MATERIAIS AUDIOVISUAIS 112
SUGESTÕES DE LEITURA 121

Glossário 124

Sobre os autores 131

Referências bibliográficas 135

Créditos das imagens 142

2.

GÊNERO E O MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS MULHERES

Você já se perguntou em que momento a palavra “gênero” passou a ser usada para se referir a questões ligadas às relações entre homens e mulheres? O termo “gênero” se popularizou na década de 1990, mas começou a ser utilizado pela teoria social na década de 1970 como forma de propor novas maneiras de pensar as noções de feminino e masculino, além das explicações biológicas, e inserindo-as em relações sociais de poder.

Esse conceito surgiu dentro de estudos acadêmicos sobre a condição feminina e a origem das desigualdades entre homens e mulheres. Várias pesquisadoras orientadas por questões feministas começaram a se perguntar se as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres eram universais e se poderiam ser observadas em todo e qualquer contexto. Com essa questão em mente, realizaram estudos e, por meio deles, chegaram à conclusão de que haveria, na prática, maneiras muito diversas de conceber o feminino e o masculino em diferentes culturas, momentos históricos, regiões e até mesmo em uma mesma sociedade. Essa diversidade, portanto, era a pista para a com-

preensão de que o gênero, afinal, era produto de contingências sociais, e não apenas da natureza.

Na medicina, na psiquiatria e na psicologia, o termo “gênero” começou a ser utilizado como sinônimo de masculino e feminino a partir da década de 1950. Para saber mais, veja o texto “Psiquiatria e feminilidade”, de Magali Engel, indicado nas referências bibliográficas.

A antropóloga estadunidense Margaret Mead, na década de 1930, antes mesmo da utilização do conceito de gênero no pensamento social, fez um estudo que comparou a criação de crianças em três sociedades diferentes na região da Nova Guiné, apresentado na obra *Sexo e temperamento*, de 1935. Mead percebeu que, em diferentes contextos, homens e mulheres desempenhavam funções diversas no que diz respeito à criação das crianças. Em uma das sociedades estudadas, homens e mulheres eram igualmente afetivos e envolvidos nos cuidados com bebês e crianças. Em outra, ambos, homens e mulheres, eram competitivos e agressivos e se dedicavam pouco às crianças. Na terceira, por sua vez, os homens eram mais afetuosos e ligados à criação das crianças do que as mulheres.

Mead notou que, em diferentes sociedades e culturas, há várias formas de conceber os papéis e o comportamento de homens e mulheres. E, curiosamente, os três casos estudados pela norte-americana não correspondiam às convenções de gênero comuns nos Estados Unidos de sua época, onde os cuidados com as crianças e a afetuosidade eram pensados como naturalmente femininos. Dessa maneira, se o comportamento de gênero varia de acor-

do com a sociedade e a cultura, não se pode afirmar que as diferenças percebidas entre homens e mulheres sejam exclusivamente resultado do aparato biológico humano; isto é, do nosso corpo. Ao contrário: podemos supor que é a cultura, e não apenas a natureza, que explica as diferenças entre masculino e feminino.

Para saber mais sobre o uso do conceito de gênero na teoria social, procure pelos trabalhos de pesquisadoras como Gayle Rubin, Joan Scott e Judith Butler, como os indicados nas referências bibliográficas.

A noção de gênero problematiza a ideia de que a biologia (o corpo, a genitália, os hormônios) determinaria totalmente o comportamento dos indivíduos. Afinal, se padrões de conduta associados ao masculino e ao feminino variam tanto de sociedade para sociedade, em diferentes momentos históricos, idades, grupos sociais, essa mesma variabilidade demonstraria as possibilidades humanas: o quanto somos criativos e diversos e o papel da sociedade na construção do gênero. Paralelamente, a ideia de gênero passou a ser acolhida também pelo movimento social que já pensava as relações entre homens e mulheres: o feminismo.

Mas o que significa feminismo? Quando alguém se identifica como feminista ou menciona demandas e pautas feministas, está se associando a um dos movimentos sociais e políticos mais importantes do século xx, cuja luta se concentrou em reivindicar os direitos das mulheres. Também conhecido como movimento de mulheres, o feminismo tem como um de seus lemas históricos: “Homens, seus direitos e nada a mais. Mulheres, seus direitos e nada a menos”, frase que tem como foco a equidade de direitos.

Atualmente, mesmo concordando que os direitos das mulheres ainda não são respeitados, algumas pessoas parecem relutantes em se identificar como feministas. Isso acontece porque, para muitas pessoas, o feminismo se basearia na ideia de superioridade feminina e acabaria por aumentar a segregação entre os sexos. Por exemplo, a frase “Não sou feminista, sou feminina” está ligada a uma visão limitada da luta pelos direitos das mulheres, que associa as demandas feministas a uma negação de características associadas à feminilidade — como a vaidade e a maternidade. Mas, como já mencionamos, apesar de todas as diferenças internas entre suas ativistas, a busca primária do movimento feminista é a igualdade de direitos e oportunidades entre as pessoas.



Margaret Mead (1901-78), antropóloga cultural estadunidense, em seu escritório no Museu de História Natural em Nova York no final dos anos 1970.

SURFANDO NAS TRÊS ONDAS FEMINISTAS; UM POUCO DE HISTÓRIA

No final do século XVIII, duas europeias transformaram-se em importantes precursoras do movimento de mulheres. Durante o período de mudanças sociais e políticas que ficou conhecido como Revolução Francesa, em que ocorreu a deposição da monarquia absolutista com base nos valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade, a francesa Olympe de Gouges (1748-93) chamou a atenção dos revolucionários para a necessidade de pensar e estabelecer os direitos das mulheres. Em 1791, Olympe redigiu a Carta dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em que defendia o acesso das mulheres francesas ao voto, à propriedade e à liberdade profissional. Olympe entrou em confronto aberto contra os líderes da Revolução Francesa em sua fase jacobina, seja por falar das mulheres, seja por denunciar as execuções no período. Tudo isso contribuiu para que ela, como nobre, fosse guilhotinada durante o período conhecido por “O terror” da revolução.

Já em 1792, a britânica Mary Wollstonecraft (1759-97) escreveu o icônico livro *Uma defesa dos direitos da mulher*, em que reivindicava o direito das mulheres à educação e defendia a necessidade da igualdade para o progresso da sociedade.

Apesar dos esforços de Mary e Olympe, as mulheres britânicas só puderam votar a partir de 1918, e as francesas só obtiveram o direito ao voto em 1945, depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

Depois dessas pioneiras, se costuma pensar a história do movimento feminista em três fases, também chamadas de três ondas do feminismo. Esse modelo, embora seja apenas uma simplificação e utilize como principais referências a atuação e as demandas feministas dos Estados Unidos e da Europa, nos ajuda a entender diferentes contextos, mobilizações e conquistas relacionados a essas lutas.



Olympe de Gouges em retrato feito por Alexander Kucharsky (1741-1819).



Mary Wollstonecraft em retrato feito por John Opie (1761-1807).

À luta empreendida por mulheres entre o final do século XIX e o início do XX chamamos de primeira onda feminista, cujas principais reivindicações eram o direito ao voto, à propriedade (em muitos países, as mulheres não podiam ser donas de bens e propriedades), à educação e ao fim do casamento arranjado. Tal momento também ficou conhecido como sufrágismo, e suas militantes como sufrágistas. A Nova Zelândia foi o primeiro país a reconhecer o direito das mulheres ao voto, em 1893.

No Brasil, Bertha Lutz (1894-1976) foi a principal figura do sufrágismo do país. Além de importante cientista, Bertha foi uma das precursoras da luta pelos direitos das mulheres brasileiras. Depois de tomar contato com os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos, ela fundou, em 1922, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

A segunda onda feminista girou em torno dos movimentos de liberação feminina, iniciados na década de 1960 e que tiveram forte atuação nos anos 1970. Nesse momento, uma vez que já se havia conseguido certa igualdade de direitos, as feministas passaram a propor um amplo debate a respeito das condições de vida e de trabalho da mulher: as reivindicações voltaram-se para os costumes, enfatizando-se a limitação da sexualidade feminina, a associação da mulher à imagem de mãe e dona de casa, as desigualdades salariais no mercado de trabalho, a criminalização do aborto e a violência doméstica e sexual.

Uma importante inspiração desse momento da luta pelos direitos das mulheres foi o trabalho da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-86). Em seu livro *O segundo sexo*, de 1949, Simone questiona visões convencionais sobre sexo e gênero e refuta a ideia de que a biologia determina o comportamento dos indivíduos. Uma de suas frases tornou-se célebre citação feminista: “Não se nasce mulher; se torna”.

“O pessoal é político” foi o principal lema da segunda onda. As militantes encorajavam as mulheres a compreenderem aspectos de

sua vida pessoal como profundamente politizados e submetidos a estruturas de poder injustas. Aliado a outros movimentos de defesa de grupos socialmente em desvantagem (como as classes trabalhadoras e a população negra), o feminismo da segunda onda era combativo e engajado. Grandes protestos acalorados e marchas por direitos ficaram associados à atuação do movimento nesse período.



Simone de Beauvoir (1908-86), um dos ícones do movimento feminista, em 1945.

No Brasil, entre os anos 1960 e 1980, as militantes feministas também atuaram como opositoras da ditadura militar, lutando não só pela diminuição de desigualdades entre homens e mulheres como também pela redemocratização do país.

A terceira onda feminista teve início na década de 1990 e pode-se dizer que se estende até o momento da publicação deste livro. Uma das correntes de pensamento e militância que dá fôlego à terceira onda feminista é a chamada teoria *queer*. Tendo como expoente a filósofa americana Judith Butler, a teoria *queer* se apresenta como uma forma de contestar os próprios processos de normalização de gênero, vistos como restritivos e excludentes. Esses processos são construídos e criam situações de vulnerabilidade para aqueles que não se enquadram nas expectativas criadas socialmente para o feminino e o masculino. Nesse sentido, *queer* não é uma identidade, mas uma aliança em direção à pluralidade, ao respeito e aos direitos, que têm unido, sobretudo, o movimento pelo direito das mulheres e o movimento LGBT. A teoria *queer* questiona a suposta linearidade entre sexo, gênero e desejo — a norma social, por exemplo, define que um bebê que nasce com um pênis deve ser necessariamente homem e sentir desejo por pessoas que nascem com uma vagina e são necessariamente mulheres.

As feministas da terceira onda focam sua atenção nas maneiras pelas quais o gênero se cruza com outros tipos de desigualdade, incluindo raça, orientação sexual e classe. Há várias maneiras de ser mulher. Não existe apenas *a mulher* (como forma única), mas sim *mulheres*, no plural. Por exemplo: mulheres negras, mulheres que vivem no campo, mulheres que vivem em periferias, mulheres lésbicas, mulheres trans, mulheres adolescentes, mulheres da terceira idade, e assim por diante. Embora esses exemplos sejam todos atravessados pela desigualdade de gênero, a articulação com outras hierarquias adiciona particularidades nas vivências dos diversos grupos de mulheres.



Mulheres brasileiras marchando contra a ditadura militar, em 1968, em Campinas, SP.

O FEMINISMO E AS MULHERES NEGRAS

Historicamente, o feminismo se tornou conhecido por meio de mobilizações lideradas por mulheres que pautavam suas reivindicações em suas próprias experiências de mulheres brancas, de classe média e de países tidos como centrais (como Estados Unidos, França e Inglaterra). Mas, desde as primeiras mobilizações pelos direitos das mulheres, outras vozes já chamavam a atenção para a pluralidade das formas de ser mulher. Uma delas é a estadunidense Sojourner Truth (1797-1883). Nascida escrava, ela se tornou uma abolicionista conhecida e defensora dos direitos das mulheres. Em 1851, em uma convenção pelo direito das mulheres em Ohio, ela afirmou:

Bem, crianças, onde existe muita confusão deve haver alguma coisa fora de controle. Eu acho que entre os negros do Sul e as mulheres do Norte, todos falando em direitos, em breve o homem branco estará encrocado. Mas sobre o que todos aqui estão falando? O homem lá adiante diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar nas carruagens e a sair do buraco e a ter por toda parte os melhores lugares.

Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a sair da lama nem me deu qualquer lugar melhor! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para o meu braço! Eu lavrei a terra, plantei e juntei tudo no celeiro e nenhum homem poderia me liderar! E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando eu conseguia — e suportar o chicote tão bem quanto! E não sou uma mulher? [...]*

Sojourner Truth evidencia, em seu discurso, certa tendência das militantes do período em não perceber as diferenças e desi-

* Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/sojourner-truth/22661-e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>>. Acesso em: 28 dez. 2015.



*Sojourner Truth
em 1864.*

gualdades entre as próprias mulheres. Se as mulheres brancas e de classe média e alta estavam questionando o fato de serem consideradas frágeis e incapazes de trabalhar, Sojourner destacava a existência de muitas mulheres, sobretudo negras, que nunca foram tratadas como frágeis — muito pelo contrário, chegaram a ser escravizadas e submetidas a condições de exploração de trabalho. Portanto, Sojourner denunciava que lutar por direitos para as mulheres não significava, já na época, contemplar todas as mulheres.

Porém, as vozes das mulheres negras começaram a ganhar mais destaque nos anos 1970, quando suas lideranças organizaram co-

letivos e pautas específicas. Surge assim o feminismo negro. Essas mulheres passam a adicionar demandas específicas das condições das mulheres negras, e que não estavam sendo contempladas pelo feminismo, sem, no entanto, invalidar as pautas existentes até então. Articulando lutas pertencentes a dois movimentos sociais, a militância de mulheres negras se empenhou, de um lado, em questionar o racismo dentro do próprio movimento feminista e, de outro, em problematizar a desigualdade entre homens e mulheres dentro do movimento negro.

Uma das dificuldades é que mesmo dentro dos movimentos feministas e antirracistas, raça e gênero são vistos como problemas mutuamente exclusivos. Se pegarmos duas fotografias recentes de uma marcha, nos Estados Unidos, em defesa dos direitos das mulheres ao aborto, notaremos que as líderes são basicamente monorraciais, no caso, brancas. Já em uma fotografia de uma marcha pelos direitos civis veremos líderes negros, homens.*

Para saber um pouco mais sobre o feminismo negro, sugerimos conhecer as trajetórias de alguns de seus principais nomes, como bell hooks (1952-) e Angela Davis (1944-). No Brasil, Lélia Gonzalez (1935-94) foi uma das principais militantes tanto do movimento feminista como do movimento negro.

Vale lembrar que as contribuições do feminismo negro não têm como propósito hierarquizar desigualdades, denunciando que alguns grupos seriam mais oprimidos que outros. O argumento é de

* Kimberle Crenshaw, “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero”, em Seminário Cruzamento Raça e Gênero, Rio de Janeiro, 2004, p. 14.

que as desigualdades se interseccionam (se articulam) criando condições particulares de vulnerabilidade e desvantagem social. Segundo Luiza Bairros, intelectual, estudiosa nas áreas de estudos feministas, ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além de consultora da ONU no Brasil:

[...] uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. [...] Mais especificamente, nossa posição pode ser melhor compreendida através do lugar ocupado pelas empregadas domésticas.*

Uma leitura que pode incitar alunas e alunos a pensar sobre as especificidades das experiências das mulheres negras e a articulação entre as desigualdades de gênero e raça é a obra *Quarto de despejo*, da brasileira Carolina Maria de Jesus (1914-77). Carolina era negra, pobre e catadora de papel, e sua obra, embora reconhecida internacionalmente, é pouco conhecida pelos próprios brasileiros. Essa leitura pode servir de base a discussões sobre os temas de gênero, raça e classe.

Outra possibilidade é incentivar alunas e alunos a pesquisar sobre Nzinga Mbande (1583-1663), a rainha Ginga, poderosa monarca dos reinos do Ndongo e de Matamba, localizados no sudoeste da África, durante o século XVII, cujo reinado simbolizou a resistência do povo africano contra os invasores europeus.

* Luiza Bairros, “Novos feminismos revisitados”, *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 458-63, 1995.